



PUBLICADO (A) NA SESSÃO DE
30/07/10.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Registro de Candidatura nº 642-61.2010.6.02.0000 – Classe 38

ACÓRDÃO Nº 6829
(30.07.2010)

REGISTRO DE CANDIDATURA Nº 642-61.2010.6.02.0000, CLASSE 38 - ANO 2010.

REQUERENTE : PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL).

CANDIDATO : OLGA TATIANA DE MIRANDA TAGLIALEGNA, concorrente ao cargo de Deputado Estadual, nº 50777.

IMPUGNANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.

IMPUGNADO : OLGA TATIANA DE MIRANDA TAGLIALEGNA.

ADVOGADO : Jadson Coutinho de Lima – OAB/AL 3085 e outro.

RELATORA : JUÍZA ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS.

Ementa.

ELEIÇÕES 2010. PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA. PSOL. DEPUTADO ESTADUAL. OFERECIMENTO DE IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS. FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAL. EXIGÊNCIA DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DE SEIS MESES ANTES DO PLEITO. ART. 1º, II, D, DA LC Nº 64/90. COMPETÊNCIA. INTERESSE. FISCALIZAÇÃO. LANÇAMENTO. CONTRIBUIÇÃO. TRIBUTOS. DOCUMENTOS. PEDIDO DE AFASTAMENTO SEM REMUNERAÇÃO POR TRÊS MESES E APÓS A ESCOLHA EM CONVENÇÃO COM REMUNERAÇÃO. PROVAS DA DESINCOMPATIBILIZAÇÃO. DILIGÊNCIA CUMPRIDA. PROCESSO INSTRUÍDO COM TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.221/2010 PELA LEI Nº 9.504/97. IMPUGNAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. REGISTRO DEFERIDO.

– Impõe-se a desincompatibilização do cargo, no prazo de seis meses anteriores às eleições, ao servidor público cujas funções revelam a competência ou interesse, direto indireto ou eventual, no lançamento, arrecadação e fiscalização de tributos. Inteligência do art. 1º, II, alínea "d", da LC 64/90.

– Para verificação da desincompatibilização, considera-se o afastamento de fato do cargo ou da função pública, ainda que sem remuneração pelo período de três meses e após a escolha em convenção com remuneração.

– Devidamente apresentada a documentação exigida na Resolução TSE nº 23.221/2010, e satisfeitos os requisitos previstos na norma regulamentadora e na lei das eleições, julga-se improcedente a ação de impugnação proposta e defere-se o pedido de registro de candidatura.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Registro de Candidatura nº 642-61.2010.6.02.0000 – Classe 38

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em julgar improcedente a impugnação e deferir o registro da candidatura de OLGA TATIANA DE MIRANDA TAGLIALEGNA para concorrer pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL ao cargo de Deputado Estadual no pleito de 2010, nos termos do voto da Juíza Relatora.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas; em Maceió, aos 30 dias do mês de julho do ano de 2010.


Des. ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA – Presidente


Juíza ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS – Relatora


Dr. RODRIGO A. TENGRIO C. DA SILVA – Procurador Regional Eleitoral



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Registro de Candidatura nº 642-61.2010.6.02.0000 - Classe 38

RELATÓRIO

O PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL), por intermédio de seu presidente, Sr. Mário Agra Júnior, requereu o registro da candidatura da Sra. OLGA TATIANA DE MIRANDA TAGLIALEGNA para concorrer ao cargo de Deputado Estadual nas eleições de 03 de outubro de 2010.

Publicado o edital relativo ao pedido em deslinde no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, consoante dispõe o art. 3º, da LC nº 64/90 c/c o art. 34, II, da Res.-TSE nº 23.221/2010, o Ministério Público apresentou impugnação ao pedido de registro, com fundamento na ausência de documentação necessária, não se reportando a qualquer notícia de inelegibilidade.

Devidamente intimada, a aspirante ao cargo legislativo enfeixou a documentação de fls. 40/43 e a defesa de fls. 46/49. Argumentou, no mérito, que teria suprido todos os requisitos essenciais ao deferimento de seu pedido de registro, mormente no tocante à ausência de certidões.

Requereu a improcedência da ação.

Informações da Secretária Judiciária às fls. 54/56.

Com vista dos autos, a Procuradoria da República pugnou pela perda de objeto da ação.

Nova conversão em diligência às fls. 60.

Documentos enfeixados às fls. 64/66.

É o relatório em mesa para julgamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Registro de Candidatura nº 642-61.2010.6.02.0000 - Classe 38

VOTO

Sr. Presidente, o art. 21 da Resolução TSE n.º 23.221/2010 prescreve que o pedido de registro deverá ser apresentado pelos partidos e coligações por meio dos formulários Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários - DRAP, e Requerimentos de Registro de Candidatura - RRC.

O Ministério Público Eleitoral impugnou a candidatura da requerente em face da ausência das certidões criminais fornecidas pela Justiça Federal de 1º e 2º graus. A Secretaria Judiciária também requereu outros documentos e providências, consoante intimação de fls. 31.

Da análise dos autos, observa-se que a candidata apresentou a documentação ausente, cumprindo a contento o que determina a norma regulamentadora, especialmente no tocante aos documentos descritos no art. 26 da Resolução TSE 23.221/2010.

Os requisitos legais referentes à filiação partidária, domicílio e quitação e à inexistência de crimes eleitorais foram aferidos no banco de dados desta Justiça Especializada (art. 26, §1º, da Res.-TSE nº 23.221/2010), encontrando-se a requerente regular.

Também satisfaz o prazo mínimo de desincompatibilização com os documentos de fls. 05 e 65/66, quais sejam, o pedido de afastamento de suas funções na Secretaria da Fazenda com data de 31/03/2010, bem como o deferimento pelo Secretário de Estado da Fazenda em 30 de abril de 2010, nos seguintes termos:

“Conheço e acolho o Despacho PGE/PA-00-836/2010 (fls. 36/40), conclusivo pelo deferimento do afastamento da servidora Olga Tatiana Miranda Taglialegna, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº 9.325-4, de suas funções constitucionais pelo período de 06 (seis) meses, bem como pelo deferimento do pedido de percepção de remuneração, por três meses, a partir do registro de candidatura”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Registro de Candidatura nº 642-61.2010.6.02.0000 – Classe 38

Constata-se, portanto, que restaram plenamente atendidas as exigências legais no que concerne à documentação, às condições de elegibilidade e à inexistência de causas de inelegibilidade, estando a candidata apta a concorrer no pleito de 2010.

Com essas considerações, julgo improcedente a ação de impugnação de registro interposta com base na ausência de documentos e, ato contínuo, VOTO pelo deferimento do registro de candidatura da Sra. OLGA TATIANA DE MIRANDA TAGLIALEGNA para concorrer ao cargo de Deputado Estadual pelo PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL no pleito de 2010, com a opção de nome OLGA MIRANDA e número 50777.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ana Florinda', written over the printed name of the signatory.

ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS

Relatora



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E REGISTROS PLENÁRIOS**

CERTIDÃO DE CONFERÊNCIA E PUBLICAÇÃO

Certifico que o Acórdão nº 6829, de 30/07/2010, foi conferido e publicado na 63ª Sessão, realizada na mesma data. Eu, Roberta, lavrei a presente certidão, em Maceió, em 31/07/2010, que vai assinada pela Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários.

Coordenadora de Acompanhamento e
Registros Plenários



Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Registro de Candidatura Nº 642-61.2010.6.02.0000

Prot. 6.509/2010

ORIGEM: MACEIÓ - AL

JULGADO EM: 30/07/2010 (SESSÃO Nº 63/2010)

RELATOR(A): JUÍZA ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS

PRESIDENTE DA SESSÃO: Des. ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA

**PROCURADOR(A) REGIONAL ELEITORAL: Dr(a). RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO
CORREIA DA SILVA**

SECRETÁRIO: JOÃO RAMALHO DA SILVA FILHO

AUTUAÇÃO

REQUERENTE(S) : PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL) - DIRETÓRIO REGIONAL
CANDIDATO : OLGA TATIANA DE MIRANDA TAGLIALEGNA, CARGO DEPUTADO
ESTADUAL, NÚMERO 50777
IMPUGNANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO
IMPUGNADO : OLGA TATIANA DE MIRANDA TAGLIALEGNA, CARGO DEPUTADO
ESTADUAL, NÚMERO 50777
ADVOGADO : Jadson Coutinho de Lima
ADVOGADO : Josué dos Santos Oliveira

DECISÃO

Acordam os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em julgar improcedente a impugnação e deferir o registro da candidatura de OLGA TATIANA DE MIRANDA TAGLIALEGNA para concorrer pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL ao cargo de Deputado Estadual no pleito de 2010, nos termos do voto da Juíza Relatora. (Acórdão nº 6.829 de 30.07.2010).

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA. Presentes os Exmos. Srs. Juízes: Des. SEBASTIÃO COSTA FILHO, Drs. RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR, ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS, MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO, FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR e LUCIANO GUIMARÃES MATA, bem como o eminente Procurador Regional Eleitoral, Dr. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA:

Por ser verdade, firmo a presente.
Maceió, 30 de julho de 2010.

CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS
Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários